

CELSE - Centrais
Elétricas de
Sergipe S.A.
(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950, Fax +55 (81) 3414-7951
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A
Aracaju - SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando



aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Recife, 13 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João-Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.725	10.729	Fornecedores	11	38.166	14.708
Impostos a recuperar		529	129	Partes relacionadas	15	225	100
Outros créditos		<u>18</u>	<u>-</u>	Impostos e contribuições sociais	12	1.640	186
Total do circulante		<u>22.272</u>	<u>10.858</u>	Outras contas a pagar		<u>854</u>	<u>264</u>
Não circulante				Total do circulante		<u>40.885</u>	<u>15.258</u>
Outros créditos		357	40	Patrimônio líquido	13		
Imobilizado	10	764.194	198.969	Capital social		712.001	200.001
Intangível		<u>85</u>	<u>95</u>	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		61.900	-
Total do não circulante		<u>764.636</u>	<u>199.104</u>	Prejuízo acumulado		<u>(27.878)</u>	<u>(5.297)</u>
Total do ativo		<u><u>786.908</u></u>	<u><u>209.962</u></u>	Total do patrimônio líquido		<u>746.023</u>	<u>194.704</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>786.908</u></u>	<u><u>209.962</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Despesas pré-operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(24.266)</u>	<u>(5.823)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>(24.266)</u>	<u>(5.823)</u>
Receitas financeiras		1.904	570
Despesas financeiras		<u>(219)</u>	<u>(44)</u>
Resultado financeiro líquido	17	<u>1.685</u>	<u>526</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(22.581)</u></u>	<u><u>(5.297)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(22.581)	(5.297)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(22.581)</u>	<u>(5.297)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	AFAC	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Companhia constituída em 25 de setembro de 2015		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de capital		200.001	-	-	200.001
Prejuízo do exercício		-	-	(5.297)	(5.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>200.001</u>	<u>-</u>	<u>(5.297)</u>	<u>194.704</u>
Aumento de capital	13	512.000	-	-	512.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	61.900	-	61.900
Prejuízo do exercício		-	-	(22.581)	(22.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>712.001</u>	<u>61.900</u>	<u>(27.878)</u>	<u>746.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(22.581)	(5.297)
Ajustes por:		
Depreciação/Amortização	161	21
	<u>(22.420)</u>	<u>(5.276)</u>
Variações patrimoniais		
Aumento em impostos a recuperar	(400)	(129)
Aumento em outros créditos	(335)	(40)
Aumento em fornecedores (a)	5.664	744
Aumento em impostos e contribuições sociais	1.454	186
Aumento em outras contas a pagar	591	264
	<u>(15.446)</u>	<u>(4.251)</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de intangível	(11)	(95)
Adições de imobilizado (a)	(547.447)	(184.926)
	<u>(547.458)</u>	<u>(185.021)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.900	
Integralização de capital social	512.000	200.001
	<u>573.900</u>	<u>200.001</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	10.996	10.729
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10.729	-
	<u>21.725</u>	<u>10.729</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	21.725	10.729

(a) Em 31 de dezembro de 2017, a atividade de investimento sem efeito caixa relativo a aquisição de propriedades, plantas e equipamentos via financiamento de fornecedores no montante de R\$17.919 (R\$14.064 em 2016) não estão inclusos na demonstrações de fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (CELSE ou Companhia) é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 25 de setembro de 2015. O endereço do escritório, atual sede da Companhia, é na Rua Valdemar Dantas, 100, Aracaju, Sergipe.

A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Companhia, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista.

A CELSE foi criada para executar, adquirir, construir, gerenciar, operar e possuir as instalações e atividades de uma usina de energia térmica de ciclo combinado a gás de 1,5GW composta por três geradores de turbina de combustão, três geradores de vapor de recuperação de calor e um gerador de turbina a vapor, conhecido como "Porto de Sergipe I", atualmente em construção no estado de Sergipe, na região nordeste do Brasil ou na Usina. A Usina terá um gás natural liquefeito dedicado, ou GNL, terminal de regaseificação offshore utilizando uma unidade de armazenamento e regaseificação flutuante, ou FSRU, em conjunto, o "Projeto".

O Projeto recebeu 26 contratos de compra de energia de 25 anos, ou PPA, em abril de 2015, como resultado da oferta vencedora dos acionistas da CELSE no leilão de energia A5 de 2015 realizado pelo governo brasileiro. Como resultado, a CELSE executou PPA com 26 empresas para fornecer a venda de toda a capacidade instalada de 1,5GW do Projeto, com entrega de energia a partir de 1º de janeiro de 2020.

Em outubro de 2016, a CELSE assinou um contrato de engenharia, aquisição e construção (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*) em escala global com a General Electric Switzerland GmbH, a General Electric International, Inc., a Alstom Energia Térmica e Indústria Ltda. e Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda., conjuntamente GE. O contratado EPC é responsável pela construção, design, engenharia e aquisição da Usina, que compreende os geradores, certos equipamentos necessários, uma subestação de alta tensão e uma linha de transmissão de alta tensão, entre outros sistemas e componentes. O Contrato EPC é um contrato de "turn-key", preço fixo de (i) EUR € 214.167.506,00; (ii) US\$ 277.394.161,00; e (iii) R\$ 1.317.000.000,00, que cobrem todos os custos diretos e indiretos incorridos pelo contratado EPC, ou seus subcontratados ou fornecedores, no desempenho do trabalho contratado.

As obras da Usina tiveram início em novembro de 2016, portanto, em 31 de dezembro de 2017, a CELSE encontra-se em fase pré-operacional. A operação comercial da Usina terá início em 1º

de janeiro de 2020. Até a presente data, a Companhia vem cumprindo o cronograma de obras do Projeto.

Licenças e autorizações

Em 15 de abril de 2016, a UTE Porto de Sergipe obteve a Licença Preliminar nº 11-3-2016 para a preparação e desenvolvimento do projeto de engenharia detalhado da planta da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA. Esta licença é válida até 15 de abril de 2019.

Em 4 de agosto de 2016, a UTE Porto de Sergipe obteve a Licença Ambiental nº 78/2016 para realizar a perfuração geotécnica para instalação da planta da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA.

Em 29 de novembro de 2016, a UTE Porto de Sergipe obteve a Licença Ambiental nº 115/2016 para a execução de serviços de terraplanagem da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA.

Em 21 de dezembro de 2016, o preenchimento de condições para a Permissão Preliminar necessária para obter a Licença de Instalação da planta foi arquivado na ADEMA.

Em 4 de janeiro de 2017, a UTE Porto de Sergipe obteve a Licença Ambiental nº 2/2017 para a construção do local de construção da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA.

Em 16 de março de 2017, a UTE Porto de Sergipe obteve a Licença Ambiental nº 36/2017 para a execução de serviços de apostas da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA.

a. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

- A Companhia reconheceu uma perda de R\$ 22.581 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Embora a Companhia esteja em fase pré-operacional, a Administração não reconhece a incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:
- Aumento de capital realizado para R\$ 512.001, de acordo com a atas de Assembleia Geral Extraordinária da Celse em 22 de fevereiro de 2017 (R\$ 85.000) e de 20 de novembro de 2017 (R\$ 427.000) e Adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 61.900 também autorizado em 22 de fevereiro de 2017; e
- Fluxo de caixa operacional futuro, com base no plano de negócios revisado por consultoria especializada periodicamente.
- Além disso, para cobrir a construção da planta, a CELSE planeja obter fundos de bancos comerciais, garantidos por uma Agência de Crédito à Exportação - ECA e de bancos multilaterais de desenvolvimento. Até que este financiamento seja obtido, os compromissos assumidos pela Companhia serão pagos utilizando as contribuições de capital recebidas dos acionistas. Até a emissão das demonstrações financeiras,

instrumentos corporativos com compromisso de contribuições de capital pelo acionista, já foram assinados.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Conforme CPC 26 (R1)/ IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia deve, ao divulgar informação comparativa, apresentar no mínimo dois balanços patrimoniais e duas de cada uma das demais demonstrações contábeis, bem como as respectivas notas explicativas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Nessas demonstrações financeiras não existem componentes que tenham, como requerimento, o reconhecimento e mensuração a valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas na nota explicativa 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, devido à premissa de possível disponibilidade de lucro tributável futuro para a utilização dos créditos fiscais.

6 Principais políticas contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas:

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, exceto quando capitalizadas em virtude das imobilizações em andamento.

b. Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria seguinte: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria seguinte: outros passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os ativos financeiros na data de negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferido, ou não transfere nem retém de forma subsidiária todos os riscos e recompensas de propriedade e não mantém o controle sobre ativos transferidos.

Mensuração de ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado, se for designado como tal no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas, incluindo qualquer participação em juros ou dividendos, são reconhecidas no resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender compromissos de caixa de curto prazo. O caixa e os equivalentes de caixa são investimentos de alta liquidez de curto prazo que são facilmente conversíveis em valores conhecidos de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de valor de mudança.

Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece inicialmente os passivos financeiros na data de negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são esgotadas, canceladas ou expiraram. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo menos qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a Companhia possui atualmente um direito legalmente obrigatório para compensar os valores e intenções, quer para liquidá-los em uma base líquida ou para realizar os ativos e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

d. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa 10. As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas a medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

e. Provisões

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

7.1 IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro

– Reconhecimento e Mensuração.

Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- i. Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- ii. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de

clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

A Companhia, por encontrar-se em fase pré-operacional, não possui recebíveis relevantes que impactem sua mensuração.

Passivos financeiros

De acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- i. o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- ii. o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao VJR.

Divulgações e transição

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. Considerando não haver impacto direto na avaliação da Companhia, divulgação específica e as regras de transição não são aplicáveis.

7.2 IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Companhia está atualmente em fase de desenvolvimento e espera se tornar operacional no início de 2020, como mencionado na nota explicativa 1. Diante desse fato, a Companhia implementará a IFRS 15/CPC 47 naquele ano.

7.3 IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo de contabilidade único e em balanço no arrendamento para arrendatários. Um locatário reconhece um direito de uso que representa o direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilização do locador permanece semelhante ao padrão atual - ou seja, os locadores continuam a classificar os arrendamentos como arrendamentos mercantis ou financeiros.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida para entidades que aplicam IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia ainda não iniciou uma análise dos impactos potenciais desta norma. Atualmente, a Companhia não possui acordos de arrendamento significativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários a vista	3.264	110
Cédulas de depósitos bancários (CDBs)	18.461	10.619
	<u>21.725</u>	<u>10.729</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras em CDB possuem remuneração equivalente a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Desreconhecimento dos tributos diferidos ativos

A Companhia auferiu prejuízos fiscais desde sua constituição, mas não reconhece tributos diferidos ativos, visto que não há diferença temporária tributável para reversão no mesmo período que as diferenças temporárias dedutíveis.

Os tributos diferidos ativos, imposto de renda e contribuição social diferidos, podem ser reconhecidos / aumentados no curto prazo quando a Companhia começar a auferir o rendimento tributável sustentável futuro durante o período de transição e é provável que esses benefícios fiscais sejam realizados.

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.479	1.801
Total desreconhecido de tributos diferidos ativo	<u>9.479</u>	<u>1.801</u>

As perdas com tributos diferidos ativos não reconhecidas, no valor de R\$ 9.479 (R\$ 1.801 em 31 de dezembro de 2016) não expiram, no entanto, a Companhia só pode compensar até 30% do lucro tributável de um contribuinte em um determinado exercício.

10 Imobilizado

a. Composição

	Taxas anuais de depreciação (%)	2017			2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	3,33 a 10	94	(3)	91	12	-	12
Edificações	4 a 10	9	(1)	8	9	-	9
Moveis e utensílios	10	1.654	(136)	1.519	895	(21)	874
Terrenos	-	7.567	-	7.567	4.409	-	4.409
Imobilizado em curso	-	755.010	-	755.010	193.665	-	193.665
		764.334	(140)	764.194	198.990	(21)	198.969

b. Movimentação

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.409	12	9	874	5.304	193.665	198.969
Aquisição	3.158	82	-	780	4.020	561.345	565.365
Depreciação	-	(3)	(1)	(136)	(140)	-	(140)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.567	91	8	1.518	9.184	755.010	764.194

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição	4.409	12	9	895	5.325	193.665	198.990
Depreciação	-	-	-	(21)	(21)	-	(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.409	12	9	874	5.304	193.665	198.969

Terrenos

Refere-se ao valor da compra da área onde a usina térmica UTE Porto de Sergipe I está localizada.

Imobilizado em curso

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia assinou com a GE um contrato EPC na modalidade de empreitada global com preço fechado para a construção da Usina. Os valores registrados em imobilizado em curso referem-se, principalmente, aos adiantamentos realizados a GE para a aquisição de equipamentos para a construção da Usina, garantidos por fianças bancárias. A Companhia também classifica como imobilizado em curso os gastos incorridos com licenciamentos ambientais e estudos e projetos de desenvolvimento. Os saldos estão contabilizados como imobilizado em curso e serão transferidos para imobilizado em serviço a partir da entrada em operação da Usina.

Depreciação

Despesas com depreciação no montante de R\$ 140 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2016) relativos a máquinas e equipamentos, edificações, móveis e utensílios foram alocados ao resultado do exercício.

11 Fornecedores

	2017	2016
Alstom Energia Térmica e Industrial Ltda. (a)	13.944	-
Swiss Re Corporate (b)	-	10.836
Grid Solutions Transmissão de Energia	2.034	-
General Electric Switzerland GMBH	15.249	-
Black & Veatch International (c)	660	2.995
Consultores externos - Advogados	2.962	509
AIG Seguros	-	137
Outros	3.317	231
	38.166	14.708

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Alstom Energia Térmica e Industrial Ltda. é parte dos fornecedores da GE, no âmbito do Contrato EPC, responsável pela construção, design, engenharia e aquisição da Usina, que compreende os geradores, o equipamento necessário, uma subestação de alta tensão e uma linha de transmissão de alta tensão, entre outros sistemas e componentes.
- (b) Relacionado à apólice de seguro Construction / Erection All Risks.
- (c) Relacionados aos serviços de engenharia, que incluem o monitoramento de custos e o cumprimento do cronograma do Contrato EPC assinado com a GE, bem como a revisão técnica do projeto do equipamento a ser fornecido.

12 Impostos e contribuições sociais

	2017	2016
IRRF	56	13
PIS e COFINS	286	84
ISS	241	33
INSS e FGTS	79	20
CIDE	640	36
Outros	338	-
	1.640	186

A Companhia auferiu prejuízos fiscais desde sua constituição, mas não reconhece tributos diferidos ativos, visto que não há diferença temporária tributável para reversão no mesmo período que as diferenças temporárias dedutíveis.

Os tributos diferidos ativos, imposto de renda e contribuição social diferidos, podem ser reconhecidos / aumentados no curto prazo quando a Companhia começar a auferir o rendimento tributável sustentável futuro durante o período de transição e é provável que esses benefícios fiscais sejam realizados.

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.678	1.801
Total não reconhecido de impostos diferidos ativos	7.678	1.801

Os tributos diferidos não reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 7.678 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.801 em 31 de dezembro de 2016), não expiram, no entanto, a Companhia só pode compensar até 30% do lucro tributável de um contribuinte em um determinado exercício.

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$ 712.001 (R\$ 200.001 em 31 de dezembro de 2016), sendo composto por 784.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (200.001.000 ações em 31 de dezembro de 2016), assim distribuídas:

	2017		2016	
	Ações	%	Ações	%
Ebrasil Energia Ltda.	356.000.500	50%	100.000.500	50%
GGPower Participações S.A.	356.000.500	50%	100.000.500	50%
	712.001.000	100%	200.001.000	100%

Aumentos de capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas subscrições de capital no montante de R\$ 584.000 pelos acionistas Ebrasil Energia Ltda. e GGPower Participações S.A., autorizados em Assembleia Geral Extraordinária em 22 de fevereiro de 2017 (R\$ 85.000) e 20 de novembro de 2017 (R\$ 499.000). Do total subscrito na última ata, o valor de R\$ 72.000 ainda não foi integralizado.

Adiantamentos para futuro aumento de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizados alguns adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$61.900 pelos acionistas Ebrasil Energia Ltda. e GGPower Participações S.A. Tais valores são mandatoriamente conversíveis em ações.

14 Provisão para contingências

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, com base no relatório de seus assessores jurídicos, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ações judiciais, cíveis, trabalhistas ou tributárias contra a Companhia. Consequentemente, nenhuma provisão para contingências foi constituída ou divulgada nessas demonstrações financeiras.

15 Partes relacionadas

a. Controladoras

O controle da Companhia é compartilhado pelas empresas Ebrasil Energia Ltda. e GGPower Participações S.A. que, por sua vez, têm como controladoras finais as empresas DC Energia e Participações S.A., Golar LNG Ltd. e Stonepeak Infrastructure:

b. Saldos com partes relacionadas

	2017	2016
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA (i)	225	100
	225	100

- (i) A EPESA é uma subsidiária da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL, que é a controladora da EBRASIL Energia Ltda. - EBE. A transação refere-se a um acordo com a empresa associada para a prestação de serviços administrativos (Serviços de compartilhamento comum de rotinas administrativas).

c. Outras transações com partes relacionadas

A solução logística para o fornecimento de gás à UTE Porto de Sergipe I se dará por meio do afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (*Floating Storage Regasification Unit - FSRU*) junto à controladora indireta Golar Power Ltd. A FSRU encontra-se em fase de construção e, um contrato de prestação de serviços encontra-se em fase final de formalização, com os termos e condições desta relação comercial entre as partes.

d. Remuneração de pessoal chave

A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos pelo Conselho de Administração, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia.

A remuneração do pessoal chave da administração foi R\$ 2.851 e R\$ 1.057 para os exercícios findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não mantém planos de previdência privada e de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego.

16 Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Serviços	(12.354)	(3.187)
Pessoal	(7.912)	(1.269)
Administradores	(2.851)	(1.057)
Arrendamentos e aluguéis	(588)	(196)
Tributos	(220)	-
Depreciação e amortização	(161)	(21)
Outros	(180)	(114)
	(24.266)	(5823)

17 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.904	570
	<u>1.904</u>	<u>570</u>
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receita financeira	(89)	(26)
Outros	(130)	(18)
	<u>(219)</u>	<u>(44)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>1.685</u></u>	<u><u>526</u></u>

18 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

Ativos financeiros

O caixa e os equivalentes de caixa são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não existe divergência entre valores contábeis e valor justo.

Passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar são classificados como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo.

a. *Gerenciamento de riscos*

A Administração realiza o gerenciamento da exposição aos riscos em suas operações com instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e de controles internos.

O Conselho de Administração possui responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Companhia, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado.

Risco de liquidez - capacidade de pagamento

O risco de liquidez é o risco da Companhia ter dificuldade em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados através da entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Companhia para gerenciar liquidez é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para atender às suas responsabilidades quando for devido.

Todos os vencimentos contratuais de passivos financeiros (fornecedores e outras contas a pagar) no valor de R\$ 38.916 são devidos em um ano.

19 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	Importância segurada
Riscos de engenharia	4.670.335
Seguro garantia de fiel cumprimento	164.725
Responsabilidade Civil - Obras civis	129.848
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores	50.000
Danos materiais - escritórios administrativos	1.450

20 Compromissos assumidos

Existe um compromisso do Contrato de Compra de Energia Regulada entre a CELSE e vinte e seis contratos com distribuidores de energia, por um período de 25 anos, sem volume e preço bloqueados antecipadamente.

Além do contrato EPC - *Engineering, Procurement and Construction* firmado com a GE, já mencionado na nota explicativa 1, a CELSE firmou, em novembro de 2016, um contrato de suprimento de gás com a Ocean LNG, *joint venture* formada pela Qatar Petroleum e ExxonMobil. O suprimento contratualmente negociado será pelo prazo de até 25 anos, contados a partir de janeiro de 2020, quando se dará a obrigação contratual de entrega de energia dentro dos CCEAR assinados no contexto do leilão A-5/2015. No entanto, não há preço bloqueado, a quantidade anual do contrato base é de 68.400.000 MMBTU, multiplicada pelo número de dias no ano contratual relevante, dividido pelo número de dias no ano civil relevante.

Em dezembro de 2016, a CELSE firmou com a GE Power Services um contrato de prestação de serviços para a operação e manutenção da usina (O&M) pelo prazo de até 25 anos, contados a partir de janeiro de 2020, data do início da operação comercial da Usina. Os pagamentos são feitos de acordo com as etapas do contrato, que são divididas entre pré-mobilização (R\$ 430), mobilização (R\$ 9.660) e BOP Equipment ISP (R\$ 7.694). Além disso, tem a taxa fixa mensal (varia de R\$ 1.215 e R\$ 1.325), taxa mensal variável e taxa de evento de manutenção, a ser paga por transferência bancária para a conta bancária identificada pelo contratado no prazo de 30 dias a partir do evento.